

ISSN 2183-6426 DOI 10.20287/eikon DOI 10.25768/2183-6426.n11.02

Received / Recebido 09-06-2022

Accepted / Aceite

Authors / Autores

David Antonio de Castro Netto Eduardo de Moraes Faria

Colegiado de História — Universidade Estadual do Paraná — UNESPAR — Campus: Paranavaí — Paraná e Universidade Federal do Paraná (UFPR) Escola Estadual Francisco de Souza Mello - Mogi das Cruzes - São Paulo Brasil

A Story of Pain: The Sad Reality of Japanese Army Comfort Women in Grama

Uma história de dor: a triste realidade das mulheres de conforto do Exército japonês na obra Grama

The discussion of Japanese Army comfort women during World War II has long remained silent. However, with the manifestation of the victims, the issue began to be actively discussed. Objective: The intention is to carry out a case study of the manhwa Grama, debating the historiographical content and contemporary developments. Methodology: It is intended to carry out the reading and recording of documentary sources such as comics, articles, books and academic journals. Discussion: Understand how sexual slavery happened by the Japanese Empire and why the discussion is still active. Conclusion: the work presents a faithful representation of History, contributing to the understanding of what happened and the reasons that lead the issue of comfort women to be a constant reason for diplomatic debate.

A discussão das mulheres de conforto do Exército japonês durante a Segunda Guerra Mundial por muito tempo permaneceu em silêncio. Entretanto, com a manifestação das vítimas, a questão passou a ser discutida ativamente. Objetivo: A intenção é realizar um estudo de caso do manhwa Grama, debatendo o conteúdo historiográfico e os desdobramentos contemporâneos. Metodologia: Pretende-se realizar a leitura e fichamento de fontes documentais como quadrinhos, artigos, livros e revistas acadêmicas. Discussão: Entender como aconteceu a escravidão sexual por parte do Império japonês e o porquê da discussão ainda se manter ativa. Conclusão: a obra apresenta uma representação fiel da História, contribuindo para a compreensão do ocorrido e os motivos que levam a questão das mulheres de conforto ser motivo constante de embate diplomático.

Introdução

História e arte sempre mantiveram relação próxima durante o desenvolvimento da humanidade. Os acontecimentos serviam de inspiração e os artistas os eternizavam em suas obras, sejam pinturas, literatura ou cinema. E essa parceria pôde fazer com que objetos de estudos surjam para tornar evidente discussões que antes estavam adormecidas ou esquecidas. Uma dessas memórias que merece ser revivida são as escravas sexuais do exército japonês durante a Segunda Guerra Mundial, e a voz que traz à tona esse evento é uma obra que faz o uso da arte sequencial, o Manhwa.

Manhwa: uma arte coreana

Conhecida no cenário mundial como a nona arte, as histórias em quadrinhos (HQs) deixaram de figurar apenas como entretenimento para um público jovem. Nesse processo de transformação, as HQ's passaram a dialogar com temas de cunho político, como é o caso, por exemplo, dos quadrinhos "Maus" e "V de vingança". Também podemos destacar o uso das histórias como arma de propaganda ideológica, especialmente durante a Guerra Fria, como é caso da série "Superman" e "Vingadores".

O nascimento e desenvolvimento desse tipo de arte variou conforme a realidade nacional de cada país. No caso da Coreia do Sul, o termo para designar quadrinhos é o manhwa, seja a obra do Ocidente ou Oriente.

Historicamente a Coreia realizava impressões tipográficas desde 701 d.C., mas como afirma a pesquisadora Sonia Lyten (2003), é no século X que surge a arte sequencial, sendo o primeiro exemplo o Bomyeongshiudo, que retrata uma vaca explicando um cânon budista.

A concepção moderna de manhwa surge em 1909 com o cartunista Lee Do-Yeong, publicando "Saphwa", obra rapidamente censurada pelo governo colonial japonês, conforme Esther Simón (2012), a publicação apelava para resistência nacional contra a anexação ao Japão em 1910. A censura cultural foi generalizada até 1945, havendo apenas espaço para obras favoráveis ao governo colonial e a legalização do regime imperial.

Com o fim da soberania japonesa e a divisão do país, os quadrinhos passaram a circular de maneira livre em jornais e revistas, procurando desenvolver um estilo artístico próprio, procurando afastar-se da influência estrangeira, buscando implementar heróis e valores nacionais. Para Lyten (2012) a cena artística é fomentada pelas bibliotecas de manhwa, lojas famosas na década de 50 que alugavam produtos a baixo custo. Logo havia possibilidades tanto para o público como para os criadores.

O período de ascensão da produção artística é interrompido em 1961, após um golpe de Estado liderado por Park Chung-Hee. Envolvido no clima da Guerra Fria e do anticomunismo, a censura volta a ser instalada no país, os enredos críticos foram recolhidos e/ou proibidos e a circulação ficou restrita as temáticas infantis ou novelas históricas, cujas passagens sexuais ou violentas foram proibidas.

O mercado passa a adotar a partir de 1980 a segmentação, mecanismo que classificava os títulos por faixa etária em revistas semanais e com isso a cena volta a se expandir. Durante os anos 90, os mangás (quadrinhos japoneses), invadem comercialmente a Coreia do Sul e reduzem o espaço e o mercado de trabalho dos artistas nacionais.

O restabelecimento do mercado para as HQ's nacionais ocorre em 1997, devido a retração das exportações do Japão. Outro fator imprescindível de acordo com Paula Fernandéz (2018) é a exploração da internet como um novo meio difusor de criação, consumo e distribuição. Se aproveitando dos investimentos do governo sul coreano na estrutura tecnológica, o mercado editorial se reestabelece e consegue alcançar no século XXI a internacionalização.

Com um cenário artístico próspero, os quadrinhos na Coreia do Sul têm sido utilizados como espaço para afirmar a história nacional, trazendo à tona discussões delicadas, como a violação sexual no decorrer da Segunda Guerra Mundial por parte do exército japonês. Abordando essa temática, a autora Keum Suk Gendry-Kim produziu ao longo de três anos o manhwa *Grama*, retratando a vida da ativista Ok-sun Lee ao longo da ocupação colonial.

Lançado em 2017, a obra chegou ao Brasil em 2020 pela editora Pipoca e Nanquim, possibilitando a produção deste artigo que visa discutir o enredo da obra na perspectiva historiográfica, abordando o passado coreano sob dominação japonesa e discutindo a problemática contemporânea das mulheres de conforto do Exército japonês entre Coreia do Sul e Japão.

A História antes de Grama

A península coreana ao longo do tempo esteve sob ocupação de vários grupos étnicos, se organizando como reino unificado somente no século X. Mesmo com autonomia, a influência chinesa era significativa desde a ocupação de 108 a.C., levando inclusive o país a adotar o budismo como princípio social e religioso.

Segundo Alexandre de Albuquerque (2017) a ideologia imposta como dominante passou a ser o neoconfucionismo, além do fechamento das fronteiras para o desenvolvimento interno por conta das incursões militares manchus e japonesas no território. Embora isolado, houve o comprometimento de lealdade à China com pagamentos tributários.

Em contrapartida, o Japão se transformava drasticamente. Com o início da era Meiji em 1868, a nação passou a importar tecnologia e fazer investimentos consideráveis na industrialização, substituindo as importações e intensificando a produção para exportação, bem como acumulando capital para investimento externo. A questão geopolítica também foi levada em consideração para a segurança nacional, capitalizando esforços militares para competir com países ocidentais como Holanda e Alemanha, influentes no continente asiático.

Silvio Miyazaki (2002) demonstra que o Império japonês entendeu as derrotas da China, primeiro contra a Inglaterra na Guerra do Ópio (1836-1890) e contra a França e a Rússia em 1890 como sinal de enfraquecimento de um país antes considerado potência e, por consequência, era o momento de aproveitar para assegurar sua autonomia geopolítica.

Geograficamente, Coreia e Taiwan eram territórios que, caso fossem dominados, colocariam em risco o Japão. A península coreana era imprescindível por ser a rota de contato com o continente asiático, assim como Taiwan fortaleceria a posição no Pacífico, com o controle das linhas marítimas e a diminuição da influência ocidental na China.

Com a perspectiva de se firmar como único influente no Leste Asiático, em 1874 é realizada a primeira incursão militar em Taiwan e no ano seguinte é assinado tratado com a Coreia para abertura dos portos para comércio. Se aproveitando de um vácuo político chinês, na qual convivia com disputas internas pelo poder central, o Japão entra em confronto com a China na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-95). Segundo Miyazaki (2002), a vitória foi fundamental para a expansão da economia japonesa, especialmente após a assinatura do Tratado de Shimonoseki, que transferiu a soberania de Taiwan da China para o Japão, o reconhecimento da independência da Coreia, a abertura dos portos para produtos japoneses, a renegociação de um trato comercial e uma indenização como reparação de guerra.

Entre 1904 e 1905 ocorre a Guerra Russo-Japonesa. A vitória do exército imperial teve como resultado o reconhecimento russo de que a Coreia e a Manchúria seriam zonas de influência do Japão, tal como a posse de algumas regiões chinesas. Ao fim do conflito é assinado entre o império coreano e o japonês um tratado de protetorado, decisão essa que, na análise de Emiliano Macedo (2018) ignorou os quatro mil anos de soberania coreana, gerando por parte dos ex-membros do governo manifestações de repúdio, suicídio e alistamento para a formação da resistência armada.

O novo governo manteve as instituições e cargos diretores sob responsabilidade nacional, entretanto, setores como segurança, finança e política externa eram controlados por conselheiros japoneses. Além disso, a utilização uso da península ficou restrita a base de operações militares e a extinção do exército coreano.

Como o primeiro residente-geral, cargo central na tomada de decisões, Ito Hirobumi tentou ganhar apoio e popularidade com reformas e construções de estradas, hospitais, escolas e aumento da produção agrícola, a partir de empréstimos financiados pelo governo japonês. Entretanto, segundo Pedro Brites (2011) o domínio japonês era visto pela população como degradante, instigando movimentos nacionalistas e confrontos de guerrilha no interior.

Esses conflitos eram realizados pelo "Exército Justo", responsáveis por atacar representantes e magistrados coreanos, mercadores e militares japoneses. Internamente, houve apoio a nova administração por parte da antiga elite coreana e as classes sociais antes marginalizadas, que enxergaram uma possibilidade de ascender em status e poder.

Para ampliar o controle sobre a Coreia, o império japonês obrigou o Imperador Gojong a renunciar em prol do herdeiro Sunjong, que, ao assumir o trono, rapidamente, assinou um novo tratado que permitia a nomeação de japoneses para todos os ministérios. A abdicação forçada reforçou o sentimento anti-Japão e consequentemente aumentaram as campanhas militares imperiais, contabilizando em 1908 a morte de 12 mil rebeldes.

Para Macedo (2018), o golpe final na Dinastia Joseon (1392–1897) foi a assinatura do Tratado de Anexação de 1910, resultado direto da ampliação gradual de influência e controle sobre o Estado e a penetração das empresas nipônicas no mercado coreano. A partir daquele instante a relação seria colonial, com total poder administrativo da metrópole, culminando na exclusão do cargo de residente-geral e na criação do título de governador geral e o aumento da repressão, tendo em vista que o projeto de modernização não foi suficiente para garantir legitimação junto a população coreana.

Atividades políticas, liberdade de expressão, imprensa e reunião foram vetadas. A educação, em 1911, foi desmobilizada a partir de um programa de incentivo a desistência do ensino superior, especialmente, as ciências humanas, o aprendizado do japonês e a promoção de personagens colaboradores com o regime como heróis. Um ano depois, as autoridades imperiais instituíram o livre poder de investigação, interrogatório e tortura contra suspeitos.

Os impactos da Primeira Guerra (1914 - 1918) para o Japão, na análise de Miyazaki (2002), foram o estímulo à expansão econômica com a demanda militar e bens manufaturados no Leste Asiático que antes eram abastecidos por potências ocidentais e aumento da soberania política e econômica com o enfraquecimento estrangeiro como consequência direta do fim do primeiro confronto mundial.

A História em Grama

O quadrinho se passa no ano de 1916, com a família da protagonista, Ok-Sun Lee, passando por dificuldades alimentares e financeiras. Problemas que fazem a personagem principal sair do campo e pedir comida para conhecidos e a desmaiar de fome na cidade de Busan, situação que exibe a dualidade da riqueza do centro e a pobreza do interior.

Essa miséria é efeito direto da colonização, uma vez que precisam abastecer a metrópole. A Coreia geograficamente apresenta vales férteis entre as montanhas e a costa leste com várias regiões agrícolas sob o clima de monções, que permitem desde o século 8 a.C. o cultivo de arroz. Assim, teoricamente existiriam provisões para atender a demanda nacional, mas a necessidade de enviar a produção para o Japão fez com que os desfavorecidos fossem prejudicados. Por sua vez, a elite que colaborava com o império, se mantinha exceção à regra, . Esta relação gerou uma configuração social visível quando observamos as capitais mais abastadas, convivendo com o luxo, enquanto o interior preservava uma estrutura produtiva arcaica, gerando um fluxo de pobreza, fome e imigração. Ainda no capítulo 1, Ok-Sun Lee manifesta por vários momentos o desejo de ir para a escola, vontade essa que se faz improvável na sociedade confúcia. Em Elisa Sasaki (2011) observa que o neoconfucionismo prega uma sociedade hierárquica, com respeito e obediência a família e a hierarquia. Por consequência, existem diferenças quanto ao gênero e idade, e em uma sociedade com o controle patriarcal, a mulher acaba por ser inferior ao homem. Portanto, o acesso escolar não se faz necessário para quem vai ser responsável por cuidar do ambiente doméstico e familiar.

Essa discussão pode ser extrapolada para o capítulo 2 quando a mãe de Ok-Sun Lee busca trabalhos para compensar a ausência do marido como provedor financeiro após machucar as costas. A dificuldade por oportunidades é significativa mesmo com o incentivo do Japão à inclusão feminina no mercado de trabalho, em razão da resistência estrutural.

Agregado a pobreza estava a repressão, no dia primeiro de março de 1919 é realizada uma manifestação em Seul com dois milhões de coreanos gritando "Longa Vida à Independência Coreana" seguido da leitura da Declaração de Independência. A consequência por parte do regime foi a morte de 7,5 mil pessoas, 15 mil feridos, 46 mil prisões e torturas e a queima de centenas de casas, escolas e igrejas. Macedo (2018) reitera que houve a tentativa de reconciliação com a reformulação da política colonial em 1920, como a proibição dos oficiais japoneses ostentarem suas espadas, símbolo de opressão, e a promessa de respeito às tradições coreanas. Todavia, se houve um resultado prático, pouco durou.

Em 1931, o ataque do Japão contra tropas chinesas na Manchúria é compreendido por alguns historiadores como o início da Segunda Guerra Mundial. Jean-Louis Mangolim (2015), contudo, argumenta que o confronto na prática só ganhou grandes proporções em 1937 quando o império passou a empreender campanhas vitoriosas em Pequim, Tianjin e Nanquim, estabelecendo em 1938, inúmeras zonas de guerrilha em Chongqing.

A quadrinista Keum Suk Gendry-Kim passa a ilustrar o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa e as terríveis consequências para a China com a conquista militar nipônica da cidade de Nanquim. De acordo com Mangolim (2015), atualmente existe uma divergência quanto aos números totais do massacre de Nanquim entre o lado revisionista do Japão e o maximalismo da China, mas contabiliza-se aproximadamente 300 mil mortes.

Não é sensacionalismo rotular o episódio como genocídio, uma vez que os militares optaram pelo sacrifício diante de uma resistência quase nula e a carência de condições para a manutenção de prisioneiros. Diante de uma vasta população, empregou-se de forma generalizada a morte e a destruição. Entre as práticas comuns, Rodrigo da Silva (2011) aponta para a presença dos fuzilamentos em massa, a queima e enterro de pessoas vivas, estupros coletivos e práticas de exercício de baioneta e espada com civis. O terror ocorre segundo Jean-Louis Mangolim (2015), em decorrência do sentimento de onipotência militar ante a resistência chinesa.









Figura 1 — Horror em Nanquim. Fonte: GENDRY-KIM, Keum Suk. Grama., São Paulo: Pipoca e Nanquim, 2020.

A violação sexual durante as 10 semanas de ocupação, atingiram de 8 a 20 mil mulheres das mais variadas faixas etárias, não houve exceção nem mesmo para crianças e idosas. Estima-se que a faixa etária mais agredida estava entre 15 até 40 anos. Altino Silva (2011) argumenta que os casos de resistência eram respondidos com tiros à queima roupa ou golpes de baioneta. Existem relatos de pais e maridos que numa tentativa desesperada de salvar sua família, escondiam as mulheres ou as cobriam com fuligem e farrapos para as tornarem mais repugnantes possível.

A situação coreana na descrição de Ok-Sun Lee começa a piorar a partir do ataque de Pearl Harbor em 1941, com a convocação de jovens e idosos para atividades compulsórias. Em todas as regiões de influência imperial, as instalações industriais civis sofreram conversão militar para atender a alta demanda por armas e munições

O movimento de trabalhos forçados já ocorria desde 1939 na Manchúria e na China, contudo, após a investida à ilha de O'ahu, a política colonial ampliou os esforços de guerra, transformando em escravos cerca de cinco milhões de pessoas de diversas nacionalidades do Leste Asiático. Para o front de batalha, Macedo (2018) presume a convocação de 187 mil coreanos para o exército e 20 mil para a marinha.

No campo religioso, o Japão não compreendia os princípios neo-confúcios como religiosos e consequentemente proibiu a sua prática e instituiu a visita mensal obrigatória a templos xintoístas e a adoração de deuses nipônicos. Essa imposição, era uma violação à liberdade de expressão. Conforme apontou Daniela de Carvalho (2002), além da introdução forçada de uma religião tida como estrangeira, estava determinado o reconhecimento do Imperador como autoridade máxima, justificada por sua origem divina.

Segundo a personagem principal, as escolas passaram a obrigar a comunicação em japonês, com a punição para aqueles flagrados falando a língua nacional e a adoção do imperativo de se curvar todos os dias em direção da resi-

cikon / David Antonio de Castro Netto

dência do imperador para juramentos de lealdade. Anteriormente a educação já passava por um forte processo de assimilação, com a distorção da História e a oferta de somente um terço das vagas universitárias para coreanos. Um último ataque à noção de pertencimento nacional ocorreu em 1939 com a atribuição da adoção de sobrenomes japoneses, com a recompensa de adesão contemplando racionamentos generosos e a atribuição de cargos mais elevados no governo colonial. Conforme afirma Macedo (2018), o nacionalismo prevaleceu em 20% da população, com a recusa de alterar os sobrenomes de origem. Sob argumentação de Ok-Sun Lee, essa resistência era punida com a negação de inscrições escolares e avanço de grau, e a condução para campos de concentração.

No decorrer dos capítulos 3, 4 e 5 a história passa a mostrar a protagonista saindo de casa para trabalhar em um restaurante em Busan e posteriormente sendo transferida para outro estabelecimento. Ok-Sun Lee se mostra de início bem entusiasmada com a possibilidade de adoção do sobrenome, visto que significaria a entrada na escola e a frequência regular alimentar. A prática de "adoção de filhas" era comum no país, ainda mais após a legalização colonial da prostituição.

Na edição brasileira de *Grama* foi traduzido um artigo de Myung-Sook Yun que discorre sobre a "adoção" de garotas ser comum entre os 13 e 20 anos, com o valor de compra girando em torno de 20 ienes. Essas meninas eram levadas para trabalharem em bares ou frequentarem escolas de artes para entretenimento masculino, porém, havia casos extremos de crianças de nove anos serem vendidas como empregadas e na sequência repassadas para bordéis. Esse contexto enfatiza a pobreza colonial, forçando as famílias a venderem as próprias filhas para diminuir o número de pessoas a serem sustentadas e também como uma forma de renda.

Nesses capítulos, Ok-sun Lee logo descobre que era mentira a entrada na escola e se depara com uma rotina mais severa de trabalhos, desde limpeza até servir clientes. Quando é vendida para outro restaurante, a personagem principal se depara com uma outra garota no estabelecimento aprendendo o ofício de gisaeng, e demonstra pouco interesse em conhecer a arte.

Atuar como gisaeng na Coreia era uma das poucas maneiras das mulheres terem liberdade de expressão ou serem educadas. Verónica Del Valle (2019) discute que a profissão se tornou relevante ao longo da dinastia Joseon, na qual garotas de estratos sociais baixos ou de família sem relevância eram educadas na dança, música e literatura para entretenimento nas cortes e festas nobres privadas. Culturalmente, foram importantes por romper com o elitismo ao popularizar entre a população a poesia, a musicalidade e o dançar.

É interessante a imagem de abertura da quarta parte por mostrar os estabelecimentos com placas em japonês, ilustrando a eficiente ação do governo colonial em impor uma nova língua nacional, incorporando no dia a dia dos coreanos, pequenas mudanças que a longo prazo poderiam ter feito a população aceitar o idioma estrangeiro.



Figura 2 — Dominação cultural. Fonte: GENDRY-KIM, Keum Suk. Grama., São Paulo: Pipoca e Nanquim, 2020.

A partir do capítulo 6, *Grama* começa a mostrar o terror que milhares de mulheres do Leste Asiático vivenciaram e tiveram que conviver por toda vida. Em 1942 com 15 anos, Ok-Sun Lee é raptada enquanto voltava para seu restaurante, descrevendo a sequência de acontecimentos até a chegada a casa de conforto em Yanji, na China. O percurso começa com a protagonista sendo colocada em um caminhão junto com outras garotas em direção a uma estação de trem, e de lá são transportadas sob a vigilância de militares até Tumen, onde são "descarregadas", divididas e levadas para locais diferentes.

Durante o percurso férreo, as garotas interagem entre si conversando como chegaram até ali e entre os argumentos estavam: rapto, quitação de dívida e falsas promessas de emprego. Além dessas manobras, Tatiana Azenha (2018) analisa o papel dos recrutadores, japoneses e coreanos, e como se utilizavam de propagandas enganosas e exerciam a coação física ou psicológica com auxílio da polícia local, consulados japoneses e militares, na omissão de interferência e igualmente na expedição de documentos de viagens para evitar o uso de passaporte. As jovens geralmente eram analfabetas e provenientes de zonas rurais. Vale destacar que esse tipo de ataque era muito seletivo, ou seja, as mulheres da elite eram excluídas em decorrência do auxílio prestado ao regime.

Ao chegar em Yanji, Ok-Sun Lee e outras nove garotas são colocadas em uma casa nas proximidades de um aeroporto, administrada por um casal de japoneses que logo de princípio delegaram para cada uma um nome japonês diferente, com a personagem principal recebendo o de Tomiko. A alimentação no local era precária e todas as meninas precisavam realizar trabalhos forçados.

O Japão pretendia se expandir pela China e por isso se fez necessário colocar em ação todos os homens convocados, e segundo a protagonista, a divisão de tarefas estabelecia atividades pesadas aos chineses e coreanos, enquanto os japoneses cuidavam de obras mais fáceis. As péssimas condições de abastecimento culminavam em mortes corriqueiras por frio, fome e exaustão; as possibilidades de fuga eram incertas, pois o entorno da região do aeroporto era rodeado por cerca elétrica.

Graficamente o capítulo 7 mostra toda a genialidade de Keum Suk Gendry-Kim como artista, por retratar a primeira vez que a personagem sofre a violação sexual sem apelar para imagens fortes, mas utilizando quadros negros, omitindo a dor e o horror.



Figura 3 — Violação. Fonte: GENDRY-KIM, Keum Suk. Grama., São Paulo: Pipoca e Nanquim, 2020.

Ok-Sun Lee relata que enquanto descansava no quarto ao lado de outras três garotas, um grupo de homens invadiram o espaço e a estupraram na frente das outras. A sensação era estar suja, sem nenhuma vontade de viver e o sentimento que ela não existia mais, afirmando que apesar de respirar, estava morta por dentro.

O ato faz a personagem principal e suas colegas perceberem o real significado da habitação em que estavam. Tatiana Martinez (2015) discute que a instituição das casas de conforto por parte do império japonês era um mecanismo para: prevenir o abuso de mulheres locais, controlar doenças venéreas, recompensar os soldados, proteção contraespionagem e aumentar as receitas com a taxação desses estabelecimentos. O Japão recrutou voluntárias do próprio país, mas a maior parte eram da Coreia, China, Taiwan, Filipinas, Vietnã, Malásia, Tailândia, Myanmar e outras regiões; as instalações estiveram presentes tanto em solo nipônico como nas posses coloniais. Joane Nagel (2003) demonstra que, durante uma guerra, a concepção nacionalista faz com que o inimigo seja compreendido como um ser exótico, é desumanizado e, logo, a ele não se aplicam as regras e, na medida em que sua condição humana é retirada, poderia ser alvo de toda a sorte de exploração. Para autora, essa concepção faz com que a violência sexual seja empregada tanto como uma premiação como tática de terror psicológica, ou seja, o conflito militar transforma a mulher em objeto para uso ilimitado.

Em seguida ao estupro, Ok-Sun Lee passa a narrar que o episódio foi o início de uma situação que seria corriqueira. Os soldados passaram a vir frequentemente, com o comportamento que fugia às regras impostas pelo regime no uso de camisinha, cada homem agia como bem entendia. As escravas passavam semanalmente por inspeções médicas, mas com a preocupação se restringindo ao contágio de doenças sexuais.

Na passagem para a parte 8, a protagonista tem contato pela primeira vez com a menstruação e a sua reação é de repulsa, por entender que o sangramento era uma punição por transar com muitos homens. Entretanto, após entender o que realmente aconteceu, existe um breve momento de felicidade, pois entre as determinações das casas de conforto havia a proibição de meninas menstruadas realizarem atendimentos. Entretanto, a realidade fugia às regras.

Ok-Sun Lee confessa que mesmo menstruada, atendia de 30 a 40 homens durante o final de semana e segundo Azenha (2018), esse número poderia ser consideravelmente superior às vésperas de missões. A possibilidade da morte fazia com que os soldados buscassem uma última oportunidade de prazer. Além dos japoneses, eventuais abusos também ocorriam por parte dos escravos, a personagem principal menciona que o líder dos trabalhadores "voluntários" a atraiu com comida para em seguida a surpreender sexualmente. Apesar desse começo, a forma carinhosa com que o chefe tinha para com a protagonista a fez se afeiçoar por ele, a ponto de resultar em encontros secretos, uma vez que somente militares podiam frequentar as casas de conforto.

O capítulo 9 passa a se localizar em 1943 com a personagem principal mudando da casa de conforto do leste para o oeste, nas proximidades de várias bases do exército. A nova residência era bem menor em comparação à antiga, abrigando 19 garotas. Os soldados pagavam uma taxa por hora, mas o dinheiro ficava com o responsável pelo estabelecimento. As mulheres, por outro lado, recebiam bilhetes carimbados que poderiam ser trocados por dinheiro, mas a realidade era que os papéis tinham apenas valor simbólico. Esse fator "financeiro" para Sun Young Nam (2018) reforçava a existência do abuso, caracterizando como uma compensação pela violação sexual.

Segundo Ok-sun Lee, na entrada da casa de conforto havia placas com o nome em japonês das meninas para a escolha dos militares, sendo a frequência de atendimento menor durante a semana e significativamente grande aos finais de semana.

eikon / David Antonio de Castro Netto



Digitalizado com CamScanner

Figura 4 — Abuso militar. Fonte: GENDRY-KIM, Keum Suk. Grama., São Paulo: Pipoca e Nanquim, 2020.

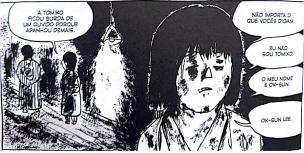
Embora a protagonista tivesse um acompanhamento médico regular, ocorre o inevitável e acaba por contrair sífilis. A princípio, as feridas pelo corpo e a queda de cabelo não trazem preocupação ao gerente, mas com a piora da genitália, Ok-Sun Lee é encaminhada para o hospital militar para ser tratada com arsfenamina. Dois meses após a mediação, não houve melhora e o desespero financeiro fez com que o responsável pela casa de conforto tentasse a cura por meio de mercúrio. Efetivamente a sífilis foi erradicada, assim como a possibilidade de ter filhos. O império japonês tira de Ok-Sun Lee não só a vontade de viver, mas também a torna estéril, ou seja, a impede, também de produzir vida.

Ao entrar no capítulo 10, Keum Suk Gendry-Kim altera brevemente o protagonismo para Yuna, amiga e companheira de Ok-Sun Lee. Nesse fragmento é contada a origem de Yuna até se tornar mulher de conforto do Exército japonês. Sua origem também humilde, vindo do interior de Gyeonggi, onde convivia com a família até precisar morar na casa de parentes em consequência das péssimas condições financeiras. Aos seis anos começa a residir na casa de um jovem que futuramente seria seu marido, cuidando dos afazeres domésticos. A pobreza é tão presente, que a única possibilidade alimentar era o cozido de painço com folhas de carvalho.

Posteriormente, ela retorna para a família e começa a trabalhar para o dono da terra em que moravam. Contudo, as condições de vida fazem Yuna fugir de casa e a viver de maneira incerta até que, com 17 anos, aceita uma falsa oferta de emprego na Manchúria, chegando a uma casa de conforto na China. A tragédia é acrescida com uma gravidez, na qual precisou atender clientes até os oito meses de gestação sem a possibilidade de desfrutar da maternidade, em razão da venda do bebê por parte do responsável pela casa.

Ao retornar a narrativa principal, a parte 11 aborda as condições de vida das garotas nas casas de conforto, Azenha (2018) argumenta que as circunstâncias eram precárias, levando à morte de várias escravas, seja por doenças ou maus tratos. Ok-Sun Lee narra ter conhecido duas garotas que morreram de pneumonia, ao mesmo tempo que espancamentos eram corriqueiros ante qualquer resistência. Punições físicas também se estendiam quando falavam a língua natal e não afirmassem pertencer ao império, seja dizendo o nome original seja mencionando o local de origem verdadeiro. As fugas eram raras, mas quando aconteciam, a frustração nipônica foi extravasada com maior terror físico e psicológico.





Digitalizado com CamScanne

Figura 5 — Punições. Fonte: GENDRY-KIM, Keum Suk. Grama., São Paulo: Pipoca e Nanquim, 2020.

O final da Segunda Guerra Mundial sucede no capítulo 12. Inicialmente a quadrinista Keum Suk Gendry-Kim explora os efeitos das bombas atômicas, ilustrando as cidades de Hiroshima e Nagasaki em 1945. A feliz consequência foi a libertação da Coreia em 15 de agosto de 1945.

Para as mulheres de conforto o fim da guerra não marcou o início de dias melhores. A personagem principal comenta que algumas vítimas foram descartadas e outras foram transferidas, sendo o caso da protagonista e outras escravas até o momento em que os administradores da casa de conforto foram capturados por chineses e mortos por espancamento. A liberdade veio acompanhada por uma realidade em que não havia habitação, alimento ou emprego, acrescido pelo desprezo popular por terem servido os japoneses sexualmente, restando como opção para sobreviver a mendicância. Essas mulheres ainda pas-

sariam por novos estupros cometidos por chineses e coreanos, como ocorreu com Yuna, e por soviéticos durante a ocupação de reorganização da Coreia em conjunto com os estadunidenses.

Ok-Sun Lee consegue escapar dessa nova realidade ao se casar com o ex-líder dos trabalhadores "voluntários". Entretanto, a história no decorrer dos capítulos apresenta que essa união não dura por muito tempo, culminando na parte 14 em que aceita viver com um chinês viúvo e com ele a personagem principal fica até a velhice.

Grama: desdobramentos contemporâneos

Segundo Pedro Tota (2006) após um conflito que teve como característica marcante a submissão absoluta do adversário esperava-se um período de paz. Entretanto, ocorreu desdobramentos no campo político e ideológico, com o embate entre a região Norte comunista e a área Sul capitalista.

De acordo com Silva (2011), os crimes de guerra na Ásia seriam analisados e julgados pelo Tribunal Militar em Nanquim e o Tribunal de Tóquio. Ambas as cortes sofreram com interferência externa e divergiram quanto ao número de mortos no genocídio de Nanquim. A China apontou que 300 mil chineses perderam a vida no massacre, enquanto o Japão entendia que o total se aproximava de 200 mil com o acréscimo de 20 mil estupros. Apesar dessa divergência, o fato que mais chamou a atenção foi a omissão do imperador como culpado pelos eventos de guerra, condenando somente 25 acusados por todas as atrocidades.

Se por um lado as forças comunistas em ascensão na China prejudicaram o andamento do tribunal em Nanquim, Paulo Watanabe (2011) afirma que o presidente dos EUA, Harry Truman, interferiu no julgamento com a exclusão do imperador por entender que sem aquela presença central durante a ocupação do Japão, poderia ocorrer rebeliões, guerrilhas e atentados.

O agravante que passa despercebido é a total omissão sobre as mulheres de conforto do Exército japonês, nem mesmo o Direito Humanitário de 1864 se fez presente na defesa das populações civis. Juridicamente a justificativa vai ao encontro com a explicação de Dirceu Siqueira e Lígia Fructuozo (2018), segundo os autores, até a criação em 1998 do Tribunal Penal Internacional, inexistia uma instituição independente com abrangência universal para amparar e julgar crimes contra humanidade.

A própria noção de crime sexual é um fato recente. Martinez (2015) aborda que somente em 1977 protocolos adicionais foram adicionados a Convenção de Genebra para reconhecer a violência sexual como transgressão. A consolidação da proteção a mulher só ocorreu em 1998 quando o Estatuto de Roma institui o abuso envolvendo sexo como crime de guerra, permitindo o Tribunal Penal Internacional interferir e condenar.

Atentado sexual compreende: estupro, ataque sem penetração, mutilação, escravidão sexual, prostituição e esterilização forçada, e constrangimento submetido. Elisabeth Wood (2009) aponta que o ato pode ocorrer de forma individual ou grupal em ambiente público ou privado. Atentando-se ao caso de Ok-Sun Lee, é compreensível entender o seu sentimento de estar morta, pois entre os crimes sexuais, ela basicamente passou por todos. Por

outra perspectiva, é de se emocionar com a ativa manifestação da protagonista e de outras vítimas por uma reparação, uma vez que as lembranças se manifestam com maior voracidade ante cada grito por justiça.

Apesar do amparo jurídico ser recente, por que as mulheres de conforto do Exército japonês não se manifestaram no pós-guerra? A resposta para Nam (2018) é simples: a cultura patriarcal. A autora defende que a noção patriarcalista trazia uma interpretação de que o mais agravante não era a agressão, mas a humilhação da vítima, por não defender a virgindade e ferir o orgulho masculino. Se manifestar era manchar a honra do Estado ao mesmo tempo em que se afirmava como uma desgraça da nação. O estupro funcionou como uma contaminação simbólica e pessoal.

Desde o fim do século XIX, o Japão já apresentava o princípio de diferença de gênero, na qual existia uma superioridade masculino. Essa concepção fez com que a mulher fosse vista como um produto de venda, culminando no incentivo da prostituição no exterior para enriquecer o Estado. Entretanto, qualquer vergonha que ocorresse era causada pelo gênero feminino ao se vender, enquanto os homens não eram criticados e amparados socialmente no caso de algum problema. Adiciona-se ainda o nacionalismo. Para Eric Hobsbawm (1985) essa ideologia atua como expressão do ressentimento coletivo contra o estrangeiro, sendo assim, fora dos limites territoriais habitam pessoas que não se aplicam as mesmas leis. Esse pensamento proporciona a existência de diferenças entre coreanos e japoneses, então é plausível escravizar sexualmente um colono em prol da defesa da família e a maternidade nipônica.

De acordo com Nam (2018), quando a problemática passa a ser debatida na década de 90 ante manifestação de algumas vítimas, três pontos de vista se fazem presentes. O Japão tem a dificuldade de ver como crime um ato que vai contra um gênero inferior, ainda mais sendo estrangeiro. A história revisionista conservadora não enxerga credibilidade em relatos que não podem ser comprovados por provas materiais, compreendendo que as vítimas são os próprios japoneses, uma vez que possivelmente os abusos podem ter sido consentidos, assim como as testemunhas são subjetivas e a prostituição era legalizada. Ainda existe a justificativa vitimista, excluindo o papel agressor nipônico em prol da posição de sofredor por causa das bombas nucleares.

A Coreia do Sul por sua vez, não demonstrou interesse pela causa pois a objetivo do país após a cisão nacional era a segurança e a defesa do Estado ante o perigo comunista. Foram eleitos líderes conservadores com grande capacidade de mobilização militar, que buscaram uma política de boa vizinhança e aproximação com o Japão, ignorando qualquer ocorrência social que pudesse gerar problemas.

Por fim, as vítimas sul-coreanas aguardam um pedido de desculpa oficial, uma indenização moral. Conforme Azenha (2018), ainda existe a busca pelo reconhecimento dos crimes de guerra, a revelação do verdadeiro motivo da mobilização militar para as casas de conforto, a compensação às vítimas com punição aos criminosos, o registro nos livros de história e a eternização da causa com a construção de um monumento e um museu.

cikon / David Antonio de Castro Netto

Mesmo com as divergências políticas e ideológicas, as tentativas recentes de reconciliação omitiram a consulta daquelas que foram agredidas, demonstrando que a preocupação maior é a diplomática. A primeira tentativa aconteceu após a guerra da Coreia (1950-1953) com o Japão buscando um acordo, mas a corrupção e autoritarismo do governo sul-coreano ignorou a questão. Em 1965 uma nova negociação fechou um acordo em que selava uma indenização financeira, 600 milhões de dólares, e a isenção de responsabilidade nipônica.

Segundo Nam (2018), a situação entre os países começou a se agravar em 1995, com a criação do fundo asiático as vítimas. O problema é que o governo japonês esperava que a criação de um capital fosse o suficiente para calar a questão, mas não comunicou a população sobre o investimento; assim como a administração corrupta da Coreia do Sul não comunicou o total doado, sendo estimado que somente 5% chegou de fato as mulheres. A consequência foi a população sul-coreana ter a impressão que os nipônicos não realizaram nenhuma indenização e os japoneses por sua vez se incomodaram com a constante acusação de algo que entendem que não existiu. Algumas vítimas aceitaram o aporte financeiro por conta da situação precária de vida, culminando entre as vítimas desconfiança e acusações.

Para os sul-coreanos, a questão não apresenta grande engajamento por desconhecimento ou consequência dos períodos de preocupação militar em detrimento de causas sociais. A temática para alguns também é motivo de vergonha, como foi o caso no capítulo 15 com o reencontro entre Ok-Sun Lee e a família. Diante de questionamentos passados, a negação familiar se faz presente quanto a venda da protagonista quando criança. No Japão o tema sofreu interferência direto do governo, como demonstra Sebastian Conrad (2020) ocorreu de forma oficial uma amnésia parcial do expansionismo imperial, relegando o histórico de violência. A consequência é uma população que não entende a situação como crime e que duvida da veracidade do fato.

Diante de debates, não se nota a morte da memória na sua forma física. A quadrinista Keum Suk Gendry-Kim no capítulo 16, o final, viaja para a China na procura das antigas casas de conforto e se depara com uma realidade em que as pessoas desconhecem a existência dos estabelecimentos e os mesmos estão completamente abandonados. Não existe talvez uma preocupação em manter uma lembrança dolorosa ou que afetou em maior gravidade um estrangeiro.

Em 2015, a então presidente sul-coreana Park Geun-hye negociou um tratado requerendo um novo ressarcimento para encerrar de vez a questão. Esse acordo é pior em relação aos anteriores, Nam (2018) afirma que o Japão estabelecia a inexistência criminal e que a reparação correspondia por serviços sexuais prestados por prostitutas. A questão voltou aos noticiários em 2018 quando o governo sul-coreano desativou o fundo financeiro por entender como inconstitucional; em fevereiro de 2019 o parlamentar Moon Hee-Sang solicitou um pedido de desculpa oficial que prontamente foi negado pelo secretário-chefe japonês Yoshihide Suga. Conforme noticiou

o site "G1" a construção de uma estátua coreana que parece mostrar premiê do Japão se curvando diante de 'mulher de consolo' irritou Tóquio. A relação diplomática piorou em 2020 diante do fato de um jardim particular sul-coreano ter colocado uma estátua que aparenta ser o antigo primeiro-ministro japonês Shinzo Abe se prostrando em frente de uma mulher de conforto. O secretário-chefe do Japão colocou o fato como imperdoável, enquanto o ministério das relações exteriores da Coreia do Sul não quis se manifestar e afirmou ser o gesto de um cidadão particular.

As vítimas podem não participar das discussões oficiais, mas se manifestam ativamente todas as quartas-feiras em frente da embaixada japonesa fazendo suas já mencionadas requisições. Um alento foi em 1992 com a construção de um alojamento gratuito e um museu por parte do governo, cenários esses que aparecem algumas vezes ao longo da trama de *Grama*.

Conclusão

A publicação de *Grama* atua na preservação da memória, assim como traz para debate uma discussão indesejável. A autora Keum Suk Gendry-Kim eterniza em quadrinhos uma voz que em breve não será mais ativa, um lugar de fala que logo vai estar vazio por conta da velhice, motivo que infelizmente possivelmente é utilizado no prolongar da questão. Espera-se as vítimas se calarem novamente para completar a amnésia histórica.

Se o Japão não consegue entender que ações têm conse-

quência a longo prazo, a comunidade internacional deveria interferir para se chegar em algum consenso. A posição atual de não tocar juridicamente em velhas feridas faz que o Tribunal Penal Internacional não cause polêmicas diplomáticas ao mesmo tempo que isenta os agressores. Mesmo que as possibilidades de um fim definitivo seja pouco provável ante o posicionamento patriarcal conservador japonês e uma liderança política inconstante sul-coreana, existe a responsabilidade de se manter essa lembrança viva. Os movimentos sociais, intelectuais e historiadores, sejam sul-coreanos ou não, precisam manter a discussão para não consentir com a concepção de que o ocorrido não foi nada demais. É necessário dizer que os japoneses realmente cometeram um crime e devem pagar por isso, não com dinheiro, mas com uma desculpa moral. Dinheiro nenhum consegue apagar traumas nunca esquecidos.

O argumento revisionista conservador da inexistência de provas é realmente uma amnésia bem-sucedida por parte do governo japonês, pois não conseguem enxergar as provas concretas como os bilhetes carimbados recebidos pelas vítimas após estupro e o fato que após o fim da

¹ KIM, Chang-Ran; KIM, Daewoung, Reuters. Estátua coreana que parece mostrar premiê do Japão se curvando diante de 'mulher de consolo' irrita Tóquio. G1, Mundo, 28 jul. de 2020. Disponível: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/28/estatua-coreana-que-parece-mostrar-premie-do-japao-se-curvando-diante-de-mulher-de-consolo-irrita-toquio.ghtml>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

guerra, inúmeros documentos oficiais foram destruídos. Prova maior são as mulheres que passaram por tudo isso e jamais esqueceram, seus testemunhos comprovam os pecados e merecem justiça.

Mesmo que a discussão nunca acabe, é crucial se posicionar a favor da veracidade para que gerações futuras saibam o que de fato ocorreu e se conscientizem que os erros do passado não podem ser repetidos. A luta pode nunca acabar, mas a resistência é a força da verdade.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Alexandre de. Coreia do Sul e Taiwan: Uma história comparada do pós-guerra. Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói: UFF/ABPHE, 2017.

AZENHA, Tatiana. Para além do silêncio: O sistema de conforto e o papel dos movimentos feministas na questão das mulheres de conforto na Coreia do Sul (1905-2015). Tese de Mestrado apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Estudos Asiáticos. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.14/26745. Acesso em: 20 de ago. 2020.

BRITES, Pedro. A situação na península coreana: estrutura, panorama e cenários. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/hand-le/10183/40296>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

CONRAD, Sebastian. Memórias entrelaçadas: versões do passado na Alemanha e no Japão, 1945-2001. Esboços, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 130-148, jan./abr. 2020.

DE CARVALHO, Daniela. Religião, Sociedade e Cultura: O Caso do Japão. **Psicologia, Educação e Cultura**, vol. VI, n°2, p. 379-396, 2002.

DEL VALLE, Verónica (2018) La cortesana y la mediadora. Dos dimensiones de expresión femenina en la tradición coreana. **Revista Claroscuro**. Argentina, vol. 1, n. 18, jul. 2019.

FERNANDÉZ, Paula. Del manhwa al webtoon: reflexiones en torno al desarrollo de la industria de los cómics en Corea del Sur. Revista Narrativas visuales: perspectivas y análisis desde Iberoamérica, Bogotá, 2018, p. 173-194.

FRUCTUOZO, Lígia; SIQUEIRA, Dirceu. Tribunal Penal e os desafios da jurisdição internacional contemporânea na implementação dos Direitos Humanos. **Revista Juris Poiesis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 27, p. 228-255, dez. 2018.

GENDRY-KIM, Keum Suk. **Grama**. 1ª ed. São Paulo: Editora Pipoca e Nanquim, 2020.

HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

LYTEN, Sonia. A Coréia e os Manhwa: os quadrinhos do país da manhã serena. Disponível em: http://www.universohq.com/quadrinhos-pelo-mundo/a-coreia-e-os-manhwa-os-quadrinhos-do-pais-da-manha-serena/>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

MACEDO, Emiliano. A Montanha e o Urso: Uma História da Coreia. Columbia & San Bernadino, EUA: Amazon Independent Publishing, 2018.

eikon / David Antonio de Castro Netto

MANGOLIM, Jean-Louis. Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). In.: HECHT, Emmanuel; SERVENT, Pierre. **O século de sangue: 1914 – 2014: às vinte guerras que mudaram o mundo**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 40-49.

MARTINEZ, Tatiana. La seguridad de ças mujeres versus a seguridad del Estad. Caso: La esclavitud sexual durante la segunda guerra mundial por parte del Imperio japonês. Tese de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade de Javeriana para obtenção do grau de mestre em Relações Internacionais. Disponível em: https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/15887>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

MIYAZAKI, Silvio. Economia evolucionária e path dependence do investimento externo japonês: um estudo do Leste Asiático no período pré Segunda Guerra Mundial. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia de Empresas da EAESPI/FGV. Disponível em: http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/9-teses/2530-economia-evolucionaria-e-path-dependence-do-investimento-externo-japones-um-estudo-do-leste-asiatico-no-periodo-pre-segunda-guerra-mundial>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

NAGEL, Joane. Fronteras Etnosexuales en Zonas de Guerra. Nómadas (Col). Colômbia, n. 19, p. 188-199, 2003.

NAM, Sun Young. "As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão: O caso das "Mulheres de Conforto" da Coreia. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre em Relações Internacionais. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.5/16529>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

SASAKI, Elisa. Valores culturais e sociais nipônicos. In: Encontro Sobre Língua, Literatura e Cultura Japonesa, 4., 2011, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação dos Professores de Língua Japonesa do Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Altino. O "Massacre de Nanking" e a violência de gênero contra as mulheres, China (1937-1938). Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4680_ Altino_Silveira_Silva.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

SILVA, Rodrigo da. **O Massacre de Nanquim: Memória, História, Reconciliação**. Disponível em: https://www.academia.edu/5455647/O_Massacre_de_Nanquim. Acesso em: 20 de ago. 2020.

SIMÓN, Esther. Other options with is own identity the Korean Manhwa. **Revista Puertas a la Lectura**. Espanha, n. 24, p. 146 – 159, jul. 2012.

TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. São Paulo, Contexto, 2006.

WATANABE, Paulo Daniel. A reinserção internacional do Japão no pós-segunda guerra mundial.. In: **3º Encontro Nacional Abri 2011**, 3., 2011, São Paulo. Proceedings

online... Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300033&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 20 de ago. 2020.

WOOD, Elisabeth. Violencia sexual durante la guerra: hacia un entendimiento de la variación sexual violence during the war: towards an understanding of variation. Análise político, Bogotá, n. 66, maio/ago. 2009, p 3-27.

YUN, Myung-Sook . As mulheres de conforto do Exército Japonês, segundo a HQ Grama. In: GENDRY-KIM, Keum Suk. **Grama**. 1ª ed. São Paulo: Editora Pipoca e Nanquim, 2020.